

FUNARI, P.P.A.; ORSER, E.C. Jr.; SCHIAVETTO, S.N.O. (Orgs.) *Identidades, Discurso e Poder: Estudos de Arqueologia Contemporânea*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005, 245pp., ISBN: 85-7419-514-6.

Renata Senna Garraffoni*

Pedro Paulo Abreu Funari, da Universidade de Campinas, organizou, em conjunto com Charles Orser Jr, da Illinois State University, e Solange Schiavetto, doutoranda em História (IFCH/Unicamp), o presente livro a ser resenhado. A obra é o primeiro volume da coleção *História e Arqueologia em Movimento* da Editora Annablume e reúne uma série de ensaios de diferentes especialistas, brasileiros e estrangeiros, que buscam estabelecer, a partir do questionamento de métodos tradicionais do estudo do passado, novos caminhos teóricos para a práxis da Arqueologia com intuito de produzir interpretações mais plurais e menos elitistas das sociedades analisadas. Dividido em três partes, os autores organizaram os capítulos por temas explorando as noções de identidade e conflito, as relações de poder inerentes à disciplina arqueológica e a necessidade da interação entre arqueólogos e sociedade presente a partir de políticas públicas.

A primeira parte, intitulada *Identidades e conflitos* é composta por seis capítulos que discutem estudos de caso ou perspectivas teóricas para repensar categorias analíticas e a importância da cultura material no processo de produção de identidades. O primeiro capítulo “A mulher aborígine nas Antilhas no início do século XVI” é de autoria da arqueóloga cubana Lourdes Dominguez, da Universidad de Puerto Rico. Em seu texto, Dominguez apresenta uma análise sobre o Caribe no momento do contato com os espanhóis, buscando analisar o papel da mulher neste processo. Como há uma escassez de fontes escritas sobre o assunto, Dominguez recorre às fontes materiais para questionar uma postura da historiografia em que há silenciamento do papel das mulheres nas

transformações causadas pelo choque cultural. Assim, a partir de uma discussão de métodos da Arqueologia de contato e de recentes estudos sobre gênero, a autora busca caminhos alternativos para analisar a reorganização das estruturas sócio-culturais das sociedades indígenas a partir das relações estabelecidas com os europeus.

O segundo capítulo “Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da Etnicidade na Arqueologia histórica” de autoria de Sian Jones, da Universidade de Durham, possui uma abordagem mais teórica enfatizando a importância de se utilizar diferentes tipos de categorias documentais para compreender a construção de identidades étnicas entre os povos. Partindo de um ponto de vista em que cultura material e fontes escritas devem ser analisadas como discursos particulares na construção de identidades étnicas, Jones propõe uma perspectiva teórico-metodológica para o estudo das identidades sob uma perspectiva fluida e heterogênea.

O arqueólogo cubano Gabino la Rosa Corzo, da Universidad de la Habana, é o autor do terceiro capítulo “Os espaços da resistência escrava em Cuba” e nos apresenta uma reflexão sobre como os espaços sociais estão permeados por relações de poder. A partir de um diálogo da cultura material com a historiografia cubana sobre escravidão, Rosa Corzo repensa o papel dos quilombos em Cuba e as formas diversas de suas organizações.

Já o quarto capítulo, de autoria de Charles Orser Jr., um dos organizadores da obra, desloca o leitor para norte da América. Em “O desafio da raça para a Arqueologia histórica americana” Orser apresenta um debate em que aponta a necessidade de se repensar conceito de “raça” na disciplina arqueológica. De acordo com seus argumentos, este conceito, assim como os ideais racistas que dele provêm, são ainda pouco discutidos pelos arqueólogos norte-americanos e muitas vezes interferem nas interpretações das identidades de sujeitos históricos de diferentes momentos.

(*) Departamento de História Universidade Federal do Paraná, UFPR; Núcleo de Estudos Estratégicos e Centro de Pensamento Antigo, ambos da UNICAMP. resenna93@gmail.com

A seguir, Solange Schiavetto, também uma das organizadoras do volume, apresenta suas impressões acerca da questão indígena brasileira e a repercussão das ações sociais dos arqueólogos. Assim, no quinto capítulo “A questão étnica no discurso arqueológico: afirmação de uma identidade indígena minoritária ou inserção na identidade nacional?”, Schiavetto propõe uma reflexão sobre o papel do indígena na construção da identidade nacional e a importância da Arqueologia neste processo social.

Encerrando a primeira parte do livro, encontramos o sexto capítulo de autoria de Glaydson José da Silva, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp. Em “A Antiguidade romana e a desconstrução das identidades nacionais” Silva também se debruça sobre o tema da relação da Arqueologia e a formação de identidade nacional, mas enfoca o papel da Antiguidade Clássica neste processo. A partir do estudo de caso do desenvolvimento da Arqueologia francesa e as interpretações sobre o passado romano sob a ocupação nazista alemã (1940-44), Silva discorre sobre os usos da Arqueologia Clássica no processo de construção e de elaboração das identidades étnicas e nacionais européias durante um período de política totalitária e a necessidade urgente de se rever conceitos para possibilitar interpretações menos homogêneas do mundo antigo.

A segunda parte da obra *Arqueologia pública* é composta por dois capítulos e visa discutir a importância da ação social do arqueólogo no Brasil. Assim, o sétimo capítulo “Arqueologia para o público leigo no Brasil: três experiências” escrito por Pedro Paulo Funari, o terceiro organizador da obra, Nanci Vieira de Oliveira, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Elizabete Tamanini, do Curso de Turismo do Ielusc de Joinville, Santa Catarina, abre a segunda parte da obra com uma discussão sobre diferentes formas de atuação do arqueólogo. A partir de suas experiências do trabalho de campo, Funari apresenta reflexões sobre o quilombo de Palmares e sua importância no combate de visões racistas sobre o passado dos negros no Brasil, Tamanini comenta a importância dos sambaquis na educação patrimonial e Oliveira destaca o papel da Arqueologia forense no questionamento de políticas autoritárias no passado recente brasileiro. Os três autores, a partir de seus objetos específicos, fornecem ao leitor elementos para se pensar a responsabilidade social da

Arqueologia pública e do engajamento das comunidades no processo de preservação da memória.

O capítulo oito é de autoria de Jorge Eremites de Oliveira, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Em “Por uma Arqueologia socialmente engajada: Arqueologia, universidade pública e cidadania”, Oliveira discute a importância do processo de socialização do conhecimento para uma preservação mais eficaz do patrimônio histórico. Neste sentido, seu texto é organizado de forma a destacar o humanismo da disciplina arqueológica e seu papel na defesa dos interesses indígenas.

O capítulo seguinte “Solo civilizado, chão antropofágico: a Arqueologia imperial e os sambaquis” de Lúcio Menezes Ferreira, doutorando em História (IFCH/Unicamp), inicia a terceira e última parte do livro, intitulada *Arqueologia, discurso e poder*. Nesta parte, composta por seis capítulos, os autores discorrem sobre a teoria arqueológica e as relações de poder inerentes a seu discurso.

O ensaio de Ferreira introduz o leitor a estas reflexões. A partir dos estudos sobre escavações arqueológicas do século XIX, em especial sobre os sambaquis, Ferreira discute como a Arqueologia desempenhou um importante papel na política indigenista do período, contribuindo com os discursos sobre a formação da raça brasileira.

A seguir somos introduzidos ao décimo capítulo da obra, de autoria de Fábio Adriano Hering, também doutorando em História (IFCH/Unicamp). Em “Arqueologia e nacionalismo na Europa do século XIX: a Grécia antiga e sua reativação moderna”, Hering desloca nossas atenções mais uma vez para o mundo clássico, em especial a Grécia, para discutir e repensar a relação dos arqueólogos ingleses e alemães na criação da idéia da superioridade grega no mundo clássico. Inspirado pelas análises de Martin Bernal, Hering discute os modelos interpretativos que alimentaram a idéia de superioridade grega contextualizando-os nos discursos políticos colonialistas, destacando, assim, as relações da política moderna com o mundo clássico.

No décimo primeiro capítulo “A trajetória do museu do índio como fonte para a investigação da inserção social do desenvolvimento e construção do conhecimento nas disciplinas de Arqueologia e Antropologia”, de autoria de Tamima Mourad, doutoranda da University College London, o indígena brasileiro passa, mais uma vez, a ser o

centro das discussões. Neste ensaio, Mourad apresenta uma análise da trajetória do Museu do Índio no contexto das políticas públicas de preservação da cultura indígena.

Laurent Olivier, da Université Paris X, é o autor do décimo segundo capítulo da obra “A Arqueologia do III Reich e a França: notas para servir ao estudo da ‘Banalidade do mal’ em Arqueologia”, no qual discute o surgimento da Arqueologia francesa e seu desenvolvimento durante a ocupação alemã. Seu ensaio nos fornece exemplos de reflexões que tem sido feitas sobre a Arqueologia europeia, em especial a relação desta com o regime nacional-socialista.

“A especialização do trabalho, a formação do Estado e a reorganização das relações de produção” é o décimo terceiro capítulo, de autoria de Thomas Patterson, da Universidade da Califórnia. A partir de um viés marxista, Patterson apresenta uma discussão sobre a especialização do trabalho, a formação do Estado moderno e os reflexos da idéia de evolucionismo cultural nas interpretações arqueológicas das sociedades pré-capitalistas.

José Alberione dos Reis, doutor em Arqueologia pela Unicamp, encerra o livro com o ensaio “Das condições de possibilidade da teoria em Arqueologia: do implícito e do explícito na Arqueologia brasileira” em que discute e problematiza as diferentes vertentes teóricas da Arqueologia brasileira e a importância de compreender tais discursos nos contextos em que foram produzidos.

A partir destas breves considerações sobre o conteúdo da obra é possível perceber a pluralidade de assuntos nela tratados. É sobre este aspecto que gostaria de tecer alguns comentários. Embora muitos possam argumentar que a diversidade de temas na coletânea a torna muito abrangente, acredito que este é um de seus principais méritos, pois em sintonia com a renovação da Arqueologia histórica mundial, reúne textos de especialistas de diferentes nacionalidades e formação, preocupados em questionar modelos interpretativos tradicionais e redimensionar o papel da Arqueologia, transformando seu campo de atuação.

Mesmo considerando a especificidade de cada ensaio, nota-se um eixo temático que converge para preocupações comuns, como por exemplo, a necessidade de repensar conceitos, métodos, técnicas e teorias nos trabalhos arqueológicos, de ressaltar conflitos sociais ou de discutir formas de identidades menos rígidas. Esta característica indica a perspectiva adotada pelos organizadores que defendem um campo de atuação profissional da Arqueologia de maneira autônoma e crítica.

Muito distante do papel de “ciência auxiliar” que outrora recaía sobre a Arqueologia, a presente obra nos apresenta especialistas atentos à particularidade da disciplina, sua inserção social e política, trançando interpretações vivas e dinâmicas do período estudado.

Recebido para publicação em 15 de maio de 2006.